

GRUPOS DOMÉSTICOS, COMPORTAMENTO DE CONSUMO E LOUÇAS: O CASO DO SOLAR LOPO GONÇALVES

LUÍS CLÁUDIO P. SYMANSKI¹

RESUMO

Neste trabalho são analisadas as louças resgatadas de uma unidade doméstica porto-alegrense de meados do século XIX: o Solar Lopo Gonçalves. A partir da análise desse material e da própria estrutura de habitação buscou-se discutir questões relacionadas ao comportamento de consumo dos ocupantes desse sítio e suas mudanças com o decorrer daquele século. Para tanto, a amostra foi dividida em dois períodos, alusivos às duas famílias que ocuparam o solar entre 1850 e 1890. As diferenças entre o material atribuído a cada ocupação indicaram mudanças no modo de uso desses itens de consumo que foram explicadas em função de um contexto mais amplo: o do desenvolvimento urbano de Porto Alegre no século XIX.

Palavras-chave: Louças; grupos domésticos; comportamento de consumo; Brasil.

Introdução

O estudo das evidências arqueológicas provenientes de unidades domésticas tem se revelado como uma das mais fecundas vias de

¹. Mestre em História, concentração em Arqueologia pela PUC-RS.
Museu Joaquim José Felizardo, Rua João Alfredo 582, Porto Alegre, RS, 90050-230.

pesquisa da Arqueologia Histórica. Considerados como vestígios do comportamento humano do passado, esses elementos materiais da cultura se apresentam como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que a produziram, evidenciando, portanto, os aspectos não conscientes e, nas palavras de Lima et alii (1989a:205), “...por isso mesmo altamente reveladores da estrutura de uma sociedade”. Por outro lado, os registros escritos, que fornecem informações sobre a extensão de tempo na qual o sítio pesquisado foi ocupado, a história da região em que ele está inserido, a condição econômica e composição² dos grupos domésticos que o ocuparam e, por vezes, o próprio arrolamento dos itens materiais que se encontravam no interior do domicílio na época do falecimento de seu proprietário, aliados às evidências recuperadas através da pesquisa arqueológica, possibilitam a reconstituição de um quadro muito mais amplo sobre os modos de vida e o cotidiano de grupos domésticos do passado do que aquele que seria possível se o pesquisador tivesse acesso a apenas um tipo de fonte.

Este trabalho tem como objeto de estudo uma unidade residencial de meados do século XIX, o Solar Lopo Gonçalves, e os dois primeiros grupos domésticos que a ocuparam: a família de Lopo Gonçalves Bastos e a de seu genro e sobrinho, Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro. Inicialmente caracterizada como sede de uma chácara localizada em ambiente semi-rural próximo a Porto Alegre, a edificação em questão, devido ao processo de expansão da cidade, foi estreitada numa paisagem urbana³. Seu primeiro proprietário, Lopo Gonçalves Bastos, um bem sucedido comerciante que atuou no ramo de secos e molhados, no comércio de escravos e em empreendimentos imobiliários, compôs uma das maiores fortunas da Porto Alegre de sua época. Com a sua morte (1872), a maior parte de seu patrimônio, inclusive o solar, foi herdada

². A composição ou morfologia de um grupo doméstico diz respeito à quantidade, sexo e faixa etária dos indivíduos que o compõem, ou seja: o número de homens e mulheres, a proporção de crianças para adultos, o número da família nuclear, da família não nuclear, dos residentes não familiares, etc (Mrozowski, 1984:41).

³. Este solar permaneceu nas mãos dos herdeiros de Lopo Gonçalves até 1946. A partir de então ele foi utilizado como depósito de uma fábrica de velas, depois transformou-se em casa de cômodos até que, em 1979, foi decretado bem imóvel de valor histórico e cultural da cidade de Porto Alegre. Entre 1980 e 1982 foi restaurado, vindo a tornar-se sede do Museu Municipal Joaquim José Felizardo.

por seu genro e sobrinho, Joaquim Gonçalves, que também foi um comerciante de sucesso.

As evidências materiais analisadas nesta pesquisa, assim como o próprio Solar Lopo Gonçalves, foram abordados privilegiando uma estrutura de comportamento de consumo. Tal estrutura é empregada com frequência em trabalhos que têm por meta verificar a forma como determinadas variáveis sócio-culturais (no caso a variabilidade do *status* sócio econômico) são manifestadas no registro arqueológico.

Praetzellis et alii (1988:193) definem comportamento de consumo como “...a participação de diferentes grupos sociais na expressão local de um sistema econômico nacional”. De fato, a aquisição dos itens materiais nas sociedades pré-industriais e industriais ocorre, na grande maioria das vezes, através do comércio e, mesmo que sejam referentes a escolhas individuais, deve ser lembrado que o indivíduo é influenciado pelo ambiente sócio-cultural no qual está inserido, posto que, como assevera Henry (1992:03), o ato de consumir não é somente comportamento econômico, mas também social. Os itens materiais, portanto, podem atuar como indicadores da filiação social de seus usuários, um aspecto que tem implicações significativas sob o ponto de vista de uma arqueologia dos grupos domésticos. Ao fazer parte de um grupo, aqui definido como “...uma coletividade cujos membros compartilham crenças, valores, atitudes, e padrões de comportamento em comum, assim como símbolos que a representam” (Henry, 1987:360), as escolhas de consumo do indivíduo refletirão os gostos dessa coletividade e servirão para reafirmar sua filiação neste grupo. Assim, como observam Orlove e Rutz (1989:17, citados em Blanton, 1994:08), “...um sistema de categorias de bens [pode] ser ligado a um sistema de classificação social”⁴.

Considerando essas proposições, esperava-se que o material arqueológico recuperado do Solar Lopo Gonçalves refletisse a condição econômico-social de seus usuários, posto que o fato de se tratarem de grupos domésticos historicamente conhecidos tornava mais propícia a análise de seus padrões de consumo a partir dessas evidências. Porém, como afirma Spencer-Wood (1987:08), para fazer inferências sobre o

⁴. Classes sociais podem ser definidas, segundo Henry (1992:08) como “...níveis na hierarquia da estratificação social, baseados em acessos diferenciais aos recursos, bens e habilidades (trabalho) disponíveis para a sociedade como um todo”.

comportamento de consumo relacionado a *status*⁵ é necessário que os dados documentais sobre a condição econômica do grupo doméstico em estudo possam ser relacionados a padrões arqueológicos. Assim,

...as variações de padrões de artefatos nos sítios podem ser conectadas à participação de grupos domésticos em padrões de comportamento cultural relacionados à estratificação econômica e social (ibidem).

É necessário, portanto, o pesquisador dispor de amostras de vários sítios domésticos bem documentados, para ter uma boa base de dados comparativos. Para Porto Alegre, no entanto, não foi possível contar com tais dados, pelo fato do Solar Lopo Gonçalves ter sido o primeiro sítio doméstico intensamente escavado. A fim de sanar este problema partiu-se para a pesquisa documental visando, a partir das proposições de Praetzellis et alii (op. cit.), esboçar um quadro dos ideais de consumo do segmento social do qual Lopo Gonçalves e Joaquim Gonçalves fizeram parte. Tal quadro foi traçado a partir de um tipo específico de fonte documental: os inventários *post-mortem* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Antes do que fazer uma pesquisa historiográfica, essas fontes foram analisadas privilegiando-se as informações nelas contidas sobre a cultura material, realizando o que Beaudry (1988:01) denomina de “arqueologia documental”.

O espaço doméstico no Brasil oitocentista

A organização e o uso do espaço no interior de uma casa sustenta diferentes formas de comunicação e significados para seus residentes. Blanton (op. cit.) chama a atenção para dois tipos de comunicação que podem ser expressos pela casa: a comunicação canônica e a comunicação indicadora. A primeira diz respeito à noção de que as casas, como outros elementos da cultura material, “...são veículos através dos quais as estru-

⁵. Spencer-Wood e Heberling (1987:59) observam que os termos *status* e classe são ambíguos e podem ser definidos de muitas formas. A definição adotada neste trabalho é aquela de Warner et alii (1949:39, citados em Spencer-Wood & Heberling, op. cit.:59) que consideram *status* como “...a situação do comportamento do indivíduo ou as posições sociais dos próprios indivíduos na estrutura de qualquer grupo. É uma posição social precisa localizada em um universo social específico”. Segundo Henry (1992:08), o *status* sócio-econômico de um indivíduo é “...determinado, validado e mesmo buscado através do consumo apropriado de certos bens de consumo”.

turas sociais e categorias culturais alcançam existência sensorial” (Richardson, 1974, citado em Blanton, op.cit.:08). Atuando primariamente sobre os ocupantes do domicílio, a comunicação canônica fornece “...uma armação material que estrutura não somente as interações do dia-a-dia, mas também os menos freqüentes rituais formais do grupo doméstico” (ibidem). É, portanto, uma comunicação simbólica, que expressa conceitos comuns aos participantes de um dado sistema cultural.

Na comunicação indicadora, por outro lado, a emissão de mensagens é direcionada a indivíduos externos ao domicílio, fornecendo informações sobre a identidade social do grupo doméstico, expressa em variáveis tais como a sua riqueza. Enquanto o primeiro tipo de comunicação está predominantemente relacionado a aspectos do interior da casa, o segundo focaliza-se principalmente sobre suas áreas e elementos mais públicos, como a própria fachada (Blanton, op.cit.:10-11). Utilizando a terminologia de Rapoport (1990), é importante ressaltar que não apenas os elementos de característica fixa (as estruturas imóveis, como a casa), mas também aqueles ditos semifixos (todos os artefatos móveis), podem expressar esses dois tipos de comunicação, em termos que já foram colocados por Binford (1962) como os níveis de função exercidos pelos artefatos: sócio-técnica (indicadora) e ideo-técnica (canônica), contrapostos à função unicamente utilitária, designada por tecno-econômica.

A arquitetura residencial urbana brasileira, durante o período colonial e na maior parte do século XIX, estava baseada num tipo de lote que apresentava características bem definidas. Fundamentada em antigas tradições urbanísticas de Portugal, as residências eram construídas sobre o alinhamento das vias públicas, em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de dez metros de frente e de grande profundidade (Reis Filho, 1995:22).

Os principais tipos de habitação urbana eram o sobrado e a casa térrea. Os sobrados diferiam fundamentalmente das casas térreas por apresentarem o piso assoalhado, enquanto aquelas eram de chão batido (ibidem:28). Ficava assim bem definida a diferenciação entre ricos, habitantes de sobrado, e pobres, que ocupavam as casas térreas. Freyre (1940:XVIII) destaca a importância do sobrado na paisagem social brasileira, como a “fortaleza” que resguardava uma classe que, quando não era proprietária de terras, era de escravos, de jóias e moedas. A família ocupava somente os pavimentos assoalhados, prestando o térreo como espaço para o comércio, sendo utilizado como loja, armazém, escritório,

depósito ou, quando não cumpria nenhuma dessas funções, deixado para a acomodação dos escravos e animais (Lemos, 1996:32; Reis Filho, op. cit.:28).

No século XIX, surgiu um novo tipo de residência: a casa de porão alto. Considerada uma transição entre os sobrados e as casas térreas, ainda se mantinha de frente para a rua. A presença do porão elevado era indicada pelos óculos ou seteiras com grades de ferro, sob as janelas dos salões. Essas casas foram geralmente construídas longe do comércio, nos bairros de caráter residencial (Reis Filho, op. cit.:40). Pelas suas características arquitetônicas, o Solar Lopo Gonçalves enquadra-se neste tipo de edificação, o que as torna particularmente importantes neste trabalho.

Pelo fato das casas urbanas serem geminadas e construídas em terrenos estreitos e profundos, apresentavam praticamente a mesma planta por todo o Brasil, com cômodos encarreirados. O cômodo da frente exercia a função de sala de recepção, quando não era ocupado por uma oficina de artesanato ou loja (Lemos, op.cit.:32). O acesso aos cômodos intermediários, dormitórios, denominados alcovas, se dava por um corredor lateral. Na parte dos fundos localizava-se a varanda, que dava acesso ao quintal (ibidem). A iluminação diurna penetrava pelas aberturas dos cômodos frontais e traseiros, enquanto que as alcovas ficavam quase que totalmente às escuras (Reis Filho, op.cit.:24). Esse tipo de compartimentação foi comum tanto às casas térreas quanto aos sobrados, o que levou o engenheiro francês Vauthier a comentar, na década de 1840, que "...quem viu uma casa brasileira, viu quase todas" (Vauthier, 1975:37).

Apesar do apego aos padrões arquitetônicos coloniais, o século XIX trouxe inovações para o exterior e o interior dos lares brasileiros decorrentes da Revolução industrial e da abertura dos portos. A começar pelo vidro plano para as janelas, que possibilitou uma melhor iluminação do ambiente doméstico durante o dia (Lemos, op.cit.:44). A introdução de novos aparelhos de iluminação artificial, tais como lâmpões de mecha circular, permitiu uma iluminação muito mais intensa durante a noite do que aquela fornecida pelas tradicionais velas e candeeiros. De acordo com Lemos (ibidem:45), essa nova iluminação noturna alterou completamente os hábitos caseiros, permitindo à família não apenas modificar o horário das suas refeições, mas incentivando, inclusive, atividades de socialização com convidados externos ao lar. Assim, "... a luz abriu as salas de jantar, as 'varandas' às visitas - os jantares sociais tornando-se

moda a partir daí. Não só nas cidades, mas também nas fazendas” (ibidem).

O Solar Lopo Gonçalves

A digressão acima sobre o ambiente doméstico no século XIX foi necessária para permitir compreender as ocupações do domicílio que é objeto deste estudo: o Solar Lopo Gonçalves. Antes de penetrar nesta unidade residencial é necessário, portanto, conhecer um pouco sobre a história dos atores que nela habitaram, ou seja, os dois grupos domésticos que são responsáveis pelos vestígios arqueológicos exumados.

Lopo Gonçalves Bastos nasceu em Portugal, em 1800, na freguesia de São Miguel de Gêmeos de Bastos, arcebispado de Braga (Giacomelli, 1992:29). Em 23 de junho de 1828 casou-se, em Porto Alegre, com Francisca Benfica Rodrigues Teixeira, filha do Sargento Mor João Luís Teixeira⁶. A partir de então manteve uma sociedade com seu sogro em uma loja de fazendas e em um armazém de molhados e “...em algumas embarcações e seus carregamentos...”⁷.

Lopo Gonçalves participou também de atividades políticas, exercendo a vereança em dois mandatos eletivos, o primeiro entre 1833 e 1837 e o segundo entre 1845 e 1849, e permanecendo como suplente de vereador entre 1849 e 1852 (Giacomelli, op.cit.:29). Foi ainda um dos fundadores do Banco da Província do Rio Grande do Sul, em 1858, e da Praça do Comércio de Porto Alegre, da qual foi o primeiro presidente.

Lopo consagrou-se também na atividade filantrópica, como Provedor da Santa Casa de Misericórdia (1851), tesoureiro da Obra do Seminário Episcopal (atual Cúria Metropolitana) entre 1866 e 1870, tesoureiro do asilo de Santa Leopoldina (1858) e Prior Jubilado da Ordem Terceira das Dores (Giacomelli, op.cit.:29). Foi ainda eleito para os cargos de Juiz de Paz, Juiz Municipal de Órfãos, e membro da Junta para Execução do Código do Processo Criminal (ibidem).

⁶. Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Casamento, Catedral Madre de Deus (1818-1876).

⁷. Inventário de João Luis Teixeira. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Cartório da Provedoria e Ausente, N-124, M-08, E-05, ano-1853.

Lopo Gonçalves teve quatro filhos: Aurélia, Francisca, Lopo e Maria Luiza, nascidos, respectivamente, em 1829, 1830, 1837 e 1842⁸. Morreu em 1872, mas seu patrimônio só foi inventariado após a morte de sua mulher, em 1878. Até a data de sua morte, ele acumulou uma fortuna bastante considerável para os padrões da Província. O seu patrimônio foi avaliado em 236.536\$500 (duzentos e trinta e seis contos, quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos réis), distribuídos entre imóveis (194.350\$000), bens móveis e escravos (25.850\$000), móveis e utensílios domésticos (976\$500), ouro e prata (1.154\$000), e apólices do governo e ações (13.300\$000)⁹. Para se ter uma idéia desta quantia, basta levar em conta que ela não foi superada em nenhum dos inventários da nobreza presentes no Arquivo Público. O único inventário no qual foi encontrado um monte-mor bruto superior ao de Lopo foi o do também comerciante Jaime Paradede e sua esposa (1867)¹⁰, avaliado em 279.470\$649.

Com a sua morte, ficaram como herdeiras universais suas filhas Maria Luiza, casada com Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, e Aurélia, casada com José Domingos dos Santos. A propriedade do solar e sua chácara passou, então, para as mãos do primeiro casal, o que foi oficializado em 1878, após a morte da viúva de Lopo, Francisca Benfica. É iniciada então, a segunda etapa da ocupação deste sítio, que se prolonga até o começo do século XX.

Com relação a Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, há um menor número de dados disponíveis. Sabe-se que também nasceu em São Miguel, bispado de Braga, em 1829, vindo para o Brasil na idade de 14 anos, para viver na companhia de Lopo Gonçalves. Em 1858 casou-se com sua prima Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos¹¹. Teve com ela os seguintes filhos: Lopo, Aurélia, Francisca, Joaquim e Maria Luiza, nascidos, respectivamente, em 1859, 1864, 1867, 1868 e 1870¹².

⁸. Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Batismos, Catedral Madre de Deus (1829-1879).

⁹. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 1º Cartório do Cível, N-429, M-19, E-27E/C, ano-1878.

¹⁰. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, n-344, M-21, E-31E/C, ano-1867.

¹¹. Arquivo da Cúria Metropolitana, Registros de Casamentos, Madre de Deus (1818-1876).

¹². Arquivo da Cúria Metropolitana, Livros de Batismos, Madre de Deus (1829-1870).

Joaquim Gonçalves também dedicou-se ao comércio, atividade na qual obteve algum destaque, chegando a ser, como seu tio, diretor da Praça do Comércio de Porto Alegre. Além do solar, herdou de Lopo Gonçalves diversos outros imóveis, muitos dos quais localizados na rua da Margem.

Em 1915 morreu sua mulher, vítima de câncer, já então viúva, encerrando assim, o segundo período de ocupação deste sítio¹³. Infelizmente o inventário de Joaquim Gonçalves, datado de 1919, foi queimado em um incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948, perdendo-se, desta forma, informações que seriam valiosas para esta pesquisa, como o arrolamento da tralha doméstica existente no solar naquela época.

Entre 1845 e 1855 Lopo Gonçalves mandou construir sua casa de chácara, o solar que é objeto deste estudo. As casas de chácara foram um tipo característico de habitação durante o período colonial e mesmo no Império e República (Reis Filho, *op. cit.*:30). Elas eram localizadas, geralmente, na periferia dos centros urbanos, e tidas como a solução preferida das famílias mais abastadas, pois dispunham de vantagens não encontradas nas residências da cidade, relacionadas, sobretudo, à higiene e produção de alimentos. No começo do século XIX, Porto Alegre, como observa Macedo (1968:70), era cercada de chácaras em sua área fora das muralhas que delimitavam o espaço urbano. É certo que, pelo menos algumas delas, eram propriedade de famílias abastadas que viviam na cidade.

Como já discutido, o solar pode ser classificado como uma casa de porão alto. Essas casas, ao mesmo tempo que mantinham pisos assoalhados e acima do nível da rua, diferindo, dessa forma, das casas térreas ocupadas pela população de menor poder aquisitivo, tinham excluído de seu programa o primeiro pavimento, utilizado principalmente para fins comerciais nos sobrados. De acordo com Reis Filho (*op. cit.*:127), esse novo modelo, assim, evidenciava uma nítida diferenciação entre os edifícios destinados para domicílio e os locais de trabalho, pois não podiam ser ocupados por lojas. Torna-se clara, portanto, a opção de Lopo por este tipo de habitação em sua chácara, pois esta comunicava, da mesma forma que um sobrado, a filiação social de seus residentes, ao mesmo tempo que não exercia uma função comercial.

¹³. Arquivo da Cúria Metropolitana, Registro de Óbitos, Madre de Deus (1911-1917).

No inventário de Lopo verifica-se que, além do solar, ele era proprietário de inúmeros outros imóveis, dentre casas térreas, assobradadas (porão alto) e sobrados. Esses imóveis, aliados a alguns terrenos, perfaziam mais da metade do seu patrimônio. Na listagem em questão destaca-se um sobrado localizado no centro da cidade, avaliado em 33.000\$000 (trinta e três contos de réis). Já a sua casa da chácara (o solar) e a estrebaria presente na mesma propriedade foram, por sua vez, avaliadas em conjunto por 10.000\$000 (dez contos de réis), enquanto que o terreno que a cercava foi avaliado em 20.000\$800 (vinte contos e oitocentos réis). No inventário estão listados os móveis e utensílios domésticos dessas duas casas, designada como “residência da cidade” e “residência da chácara”. Pelo que as evidências indicam, provavelmente houve uma ocupação simultânea das duas habitações, com o sobrado da cidade exercendo a função de domicílio oficial da família, enquanto o solar, devido à sua localização em ambiente semi-rural, poderia servir para seu descanso nos fins de semana e feriados. Este era um hábito comum das famílias mais abastadas, como nota Mazon (s.d.:78-79), que mandavam construir, nas margens do rio Guaíba, “...suas confortáveis residências de verão”.

O sobrado urbano Lopo tinha dois andares e, em sua parte térrea funcionava um armazém, “...com três portas de frente...”, certamente relacionado às atividades comerciais de seu proprietário. Esta edificação estava, provavelmente, dentre as unidades residenciais de maior valor até então construídas em Porto Alegre, pois, nos inventários levantados, os sobrados são avaliados em preços que variam, geralmente, entre 5 e 15 contos de réis.

Na época em que foi construído, o solar apresentava o programa de uma típica residência colonial, com uma sala de visitas, dois dormitórios, e uma sala de jantar (Torelly, 1987:34), igual, portanto, ao das casas térreas já descritas. Ao contrário das casas térreas, porém, que eram geminadas e desenvolvidas da frente para os fundos em terrenos estreitos, esta edificação foi implantada no terreno da frente para os lados, com sua entrada, também lateral, dando acesso à sala de visitas. Por não estar geminada a outras casas, o solar dispunha de janelas para sua alcovas, o que garantia uma razoável iluminação durante o dia nesses recintos.

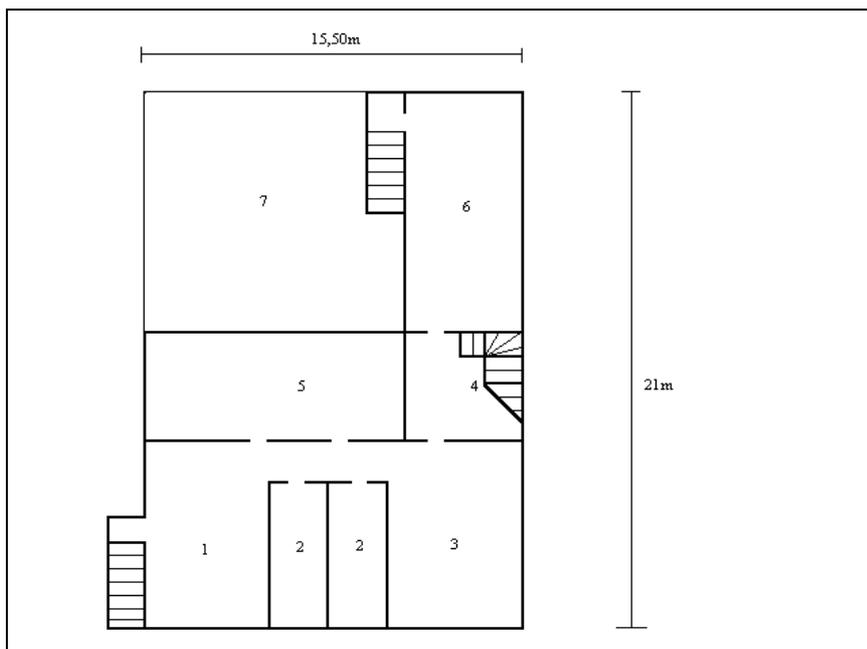
Pelo fato de não haver datações conhecidas para as ampliações posteriores do solar, torna-se difícil determinar a qual das duas famílias elas estão relacionadas. Entretanto, sua seqüência, aliada a alguns dados

presentes no inventário de Lopo, permite inferir os recintos existentes durante a primeira ocupação.

A primeira etapa de ampliação é referente a um recinto, localizado ao lado da sala de jantar, construído com o propósito de dar acesso a um torreão (planta 1) (Torelly, com. pes.). Pelo fato desta ter sido a primeira ampliação, é bastante provável que tenha ocorrido durante a ocupação de Lopo, o que explicaria a presença de “...um óculos de alcance” no arrolamento da tralha doméstica dessa residência. A segunda ampliação corresponde à construção de um terraço, ao lado da sala de visitas (Torelly, com. pes.). Esta ampliação, unida ao recito que dava acesso ao torreão, fechou a edificação em um quadrado.

Este novo recinto, provavelmente alpendrado, pode ter correspondido à tradicional varanda colonial, um espaço multifuncional onde a família se reunia para as refeições íntimas, a realização de trabalhos domésticos e para o lazer. Apesar de estar localizada ao lado da sala de visitas, deve ser lembrado que este novo espaço ficava nos fundos para quem passava pela rua na qual está localizado o solar, denominada “da Margem”, devido à implantação lateral dessa edificação no terreno. A construção desse novo recinto também está mais explicitamente indicada no inventário de Lopo através do arrolamento da mobília, com a referência “...doze cadeiras de palhinha *da varanda* [grifo nosso]”.

No inventário de Lopo estão arrolados os seguintes móveis e utensílios domésticos referentes a esta residência: uma mobília de sala representada por doze cadeiras de palhinha, quatro cadeiras de braço, um sofá e dois aparadores (120\$000); doze cadeiras de palhinha da varanda (12\$000); um guarda-louça (25\$000); um armário para louça (4\$000); uma mesa para jantar (16\$000); um sofá da sala de jantar (4\$000); uma mesa pequena com abas (4\$000), três mesas usadas (3\$000); uma cômoda com estante (25\$000); uma cômoda pequena (10\$000); duas marquesas de madeira (2\$000); três marquesas de ferro (15\$000); um relógio americano (10\$000); dois lavatórios de madeira (5\$000); um lavatório de ferro (1\$000); um relógio de porcelana com lamparina (10\$000); três bandejas (1\$500); uma bengala de ... (ilegível) (10\$000); uma bengala de madeira (1\$000); duas bengalas de junco (1\$000); um vidro de aumento (2\$000); um óculos de alcance (10\$000); um jogo de gamão (5\$000); nove quadros representando a escritura sagrada (22\$000); e um trem de cozinha (16\$000).



Planta 1. - Compartmentação do Solar Lopo Gonçalves e suas etapas de ampliação: 1- sala de visitas, 2- alcovas, 3- sala de jantar (construção original); 4- recinto que dá acesso ao torreão (primeira etapa de ampliação); 5- varanda (segunda etapa de ampliação); 6- recinto transversal (terceira etapa de ampliação); 7- pátio interno.

Pode-se observar nesta listagem que há uma certa ordem na distribuição dos objetos, a qual demonstra que, pelo menos em parte, a mobília foi inventariada sala por sala. O mesmo ocorre na residência da cidade.

O primeiro grupo de objetos listados (doze cadeiras de palhinha, quatro cadeiras de braço, um sofá e dois aparadores) corresponde ao recinto de entrada desta residência: a sala de visitas. Isto é corroborado pela designação “mobília de sala” e a avaliação de suas peças em conjunto. Não fugindo à regra observada na grande maioria dos inventários pesquisados, os móveis mais caros da residência estavam dispostos neste recinto.

A sala de jantar também está especificada pelo “sofá da sala de jantar” e pela “mesa de jantar”. Provavelmente era neste recinto que ficavam as quatro outras mesas pequenas listadas, o guarda-louças e o armário para a mesma.

A mobília dos quartos de dormir está representada pelas três cômodas, duas marquesas de madeira e três marquesas de ferro. Os lavatórios descritos, destinados à higiene íntima da família, provavelmente também ficavam nesses cômodos, como observado em outros inventários nos quais estes quartos estão definidos.

O grande número de “...quadros representando a escritura sagrada” (09), os quais, infelizmente, não têm sua localização indicada na casa, devia dar ao ambiente uma atmosfera de veneração e respeito, demonstrando a religiosidade de Lopo e sua família. Esses elementos semifixos, assim, emitiam mensagens canônicas, demonstrando, aos ocupantes do domicílio, a sacralidade da vida em família. Na listagem da tralha doméstica do sobrado da cidade, também há referência a quadros, em número de dez, porém, “...representando diversos indivíduos e vistas”, e com uma avaliação bastante inferior aos da chácara (5\$000 o conjunto). Embora também neste caso não esteja especificado o recinto no qual eles se encontravam, é bastante provável que estivessem nas áreas públicas do sobrado, como o escritório ou a sala de visitas. Logicamente, esses quadros também emitiam mensagens, embora com uma temática oposta à dos religiosos, retratando uma elite que se auto promovia, caso do próprio retrato de Lopo. Nesse sentido, esses objetos exerceram uma comunicação indicadora, direcionada para os indivíduos não integrantes do grupo doméstico.

Como se pode observar na listagem transcrita acima, não há nada que chame a atenção quanto à suntuosidade na mobília da residência da chácara. Em vista disso, seria de se supor que a residência de Lopo na cidade fosse mais ricamente mobiliada, demonstrando a alta condição sócio-econômica de seu proprietário. Tal fato, porém, não ocorre. A distribuição da mobília em seu sobrado indica a presença de uma sala de visitas, um escritório, uma sala de jantar e, pelo menos três dormitórios. Contudo, há poucas diferenças, tanto tipológicas quanto de valor, entre a mobília presente nesses recintos e aquela da chácara. A distinção se encontra na presença, no sobrado, de um piano, avaliado em 100\$000 (cem mil réis) e de dois espelhos dourados, avaliados em 80\$000 (oitenta mil réis). Estes objetos estão complementando a mobília da sala de visitas, que é composta por dezoito cadeiras de jacarandá, quatro aparadores, uma mesa redonda e um sofá, avaliados em conjunto pela quantia de 35\$000 (trinta e cinco mil réis), com a seguinte observação abaixo da listagem: “Esta mobília se acha em mal estado”. Chama a atenção o fato

da mobília em questão ter um valor bastante inferior àquela do mesmo recinto da residência da chácara, avaliada, como já foi visto, em 120\$000 (cento e vinte mil réis). Isto indica que o mobiliário da sala de visitas do solar era mais novo ou de acabamento mais elaborado e de composição material mais nobre que aquele da residência da cidade. Este fato é contraditório na medida em que demonstra um certo desleixo da família de Lopo pela ostentação na sua principal residência. O cenário da sala de visitas desse sobrado apresentava uma situação realmente paradoxal, com um piano, instrumento típico de residências burguesas, e dois luxuosos espelhos de molduras douradas contrastando vivamente com um mobiliário velho e “...em mau estado”. Esses elementos semifixos, assim, transmitiam mensagens antagônicas, com o primeiro indicando a filiação social da família num grupo restrito enquanto os demais demonstravam uma simplicidade não condizente com a sua situação econômica.

Como será discutido mais adiante, era comum proprietários rurais residentes na cidade terem, em suas casas de campo, mobílias velhas e de baixo valor, fato verificado nos inventários e confirmado em anúncios de jornais da época. A mobília da sala de visitas do sobrado, portanto, seria mais condizente com a casa da chácara, combinando, desse modo, com aquela da sala de jantar desta segunda residência, mais simples que a do mesmo recinto listada no sobrado¹⁴. Uma possível explicação para esta discrepância é que, durante a ocupação de Lopo, a mobília de sala de maior valor estava em seu sobrado urbano, combinando com os espelhos e o piano, enquanto a mais simples estava na chácara.

Ao se comparar os itens domésticos presentes no inventário de Lopo Gonçalves com aqueles de outros inventários referentes à nobreza e a ricos comerciantes constata-se que ele estava investindo bem menos na ornamentação e no conforto doméstico do que indivíduos cujo patrimônio era, em alguns casos, muitas vezes menor que o seu.

A exemplo das demais famílias abastadas, consta, no inventário de Lopo, uma razoável quantidade de objetos de prata: um par de estribos, uma bacia e jarro, duas salvas pequenas, dez castiçais, duas bandejas e tesouras, um paliteiro, dezessete garfos, dezesseis cabos de faca, quarenta e quatro colheres para sopa, vinte e duas colheres para chá, duas

¹⁴. Para se ter uma idéia, basta levar em conta que a mesa de jantar e o sofá da sala de jantar do sobrado estão avaliadas, respectivamente, em 40\$000 e 8\$000, enquanto que os mesmos móveis, na chácara, estão avaliados em 16\$000 e 4\$000.

conchas para açúcar, duas conchas para sopa, um trinchante e colher, um rebenque prateado, dois relógios, duas caixas para rapé, duas bombas para mate e duas cuias prateadas, e cento e setenta gramas de prata velha. Infelizmente não está indicado, neste documento, a residência na qual se encontravam esses objetos, os quais, avaliados por 681\$400 (seiscentos e oitenta e um mil e quatrocentos réis), deviam atenuar um pouco o despojamento do ambiente doméstico. Deve ser observada, porém, a função utilitária da grande maioria dessas peças, relacionadas à higiene corporal, iluminação e, sobretudo, alimentação. Entretanto, sua composição material demonstra que, ao mesmo tempo que elas exerciam funções utilitárias, atuavam também como indicadores da posição sócio-econômica de seus proprietários. Assim pode se deduzir que, principalmente à mesa, houve uma maior preocupação com a ostentação dos bens materiais pela família Bastos. É necessário lembrar, contudo, que a aplicação de dinheiro em objetos de prata era uma forma tradicional de acumular riqueza, realizada numa época em que as possibilidades de aplicação dos excedentes financeiros eram por demais limitadas, de modo que estes eram convertidos em trabalhos de metal precioso (Machado, 1980:02, citado em Campos, 1995:94). Dessa forma, tais utensílios, apesar de apontarem o *status* sócio-econômico de seus proprietários, não atuaram como marcadores de um ideal burguês de domesticidade, que estava mais relacionado a móveis luxuosos, cristais e porcelanas do que a antigas práticas coloniais.

Ao se traçar, a partir dos itens materiais presentes nos inventários pesquisados, um quadro do comportamento de consumo de uma classe dominante, composta por ricos comerciantes e proprietários de grandes extensões de terras, muitos dos quais ostentando títulos de nobreza, observa-se que Lopo, não obstante sua alta condição econômica, levava um cotidiano modesto para os padrões já mantidos por esta classe durante a segunda metade do século XIX. O *status* deste bem sucedido comerciante estava verdadeiramente expresso através de sua vida pública, como primeiro presidente da Praça do Comércio de Porto Alegre, secretário do Banco da Província, provedor da Santa Casa de Misericórdia, etc. Da mesma forma sua condição econômica, antes de ser demonstrada pelos itens presentes no interior de seus domicílios, estava exposta através de seu caríssimo sobrado do centro da cidade, um artefato que, mais do que qualquer outro, indicava sua filiação em um grupo restrito, que tinha acesso ao mais caro item de consumo.

Pela ausência de referências no inventário de Lopo, deduz-se que a última ampliação do solar durante o século XIX, a construção de um amplo cômodo ao lado do recinto que dava acesso ao torreão, transversal, portanto, ao restante da edificação, ocorreu durante a ocupação de Joaquim Gonçalves (planta 1). Foi também provavelmente neste período que o terraço (varanda) localizado ao lado da sala de visitas foi fechado. O fechamento desta varanda, numa época em que a ocupação da região estava se intensificando, denota a maior necessidade de privacidade da família. É possível que este evento tenha sido simultâneo à última etapa de ampliação da casa, a qual se deu uma forma de L à sua planta. Esta nova forma da planta possibilitou o fechamento de um pátio interno, através de um muro que uniu a extremidade desta nova ala à construção principal. Assim, o Solar Lopo Gonçalves fechou o século XIX com uma aparência radicalmente diferente daquela edificação inicial de quatro cômodos.

A preocupação com essas ampliações durante a segunda ocupação demonstra uma mudança de concepção em relação a esta residência, por parte de seus proprietários, que merece uma reflexão mais profunda. A transformação de uma casa de porão alto simples em uma residência grande, adornada com um pátio interno indica, em primeiro lugar, que houve uma intensificação das mensagens indicadoras que essa edificação transmitia aos que por ela passavam. Como referido acima, isto ocorreu numa época de expansão urbana e conseqüente densificação populacional da região na qual ela estava inserida. Durante este período começava a se desenvolver o primeiro bairro residencial aristocrático de Porto Alegre, o Menino Deus, que era ligado à cidade por bondes movidos à tração animal. As famílias mais abastadas, portanto, estavam optando por se afastarem do núcleo urbano e, dessa forma, separarem o local de trabalho do espaço residencial, os quais eram tradicionalmente unidos nos sobrados urbanos.

As ampliações no solar referentes ao período de Joaquim Gonçalves parecem indicar, portanto, que esta edificação tinha deixado de ser simplesmente uma sede de chácara para se transformar no domicílio principal da família, seguindo, dessa forma, a tendência recém iniciada de afastar o domicílio do local de trabalho. Infelizmente, como já mencionado, o seu inventário foi queimado num incêndio que ocorreu no Arquivo Judicial em 1948, perdendo-se, assim, as informações sobre a mobília presente no solar durante esta segunda ocupação, a qual poderia

demonstrar que as ampliações dessa residência corresponderam a mudanças nos padrões de conforto doméstico que seriam mais condizentes com a função de domicílio que esta casa passou a exercer. A única fonte, portanto, passível de fornecer informações sobre uma possível mudança nesses padrões de conforto doméstico durante a ocupação de Joaquim Gonçalves é o registro arqueológico, como será visto adiante.

As louças do Solar Lopo Gonçalves

A amostra de louças que foi analisada é resultante de uma escavação que foi realizada neste sítio entre janeiro e abril de 1996. Foram realizadas 71 tradagens sistemáticas nesse sítio, com o auxílio de um trado geológico, visando detectar os pontos de maior potencial arqueológico para a escavação. As áreas selecionadas foram cobertas por uma malha de quadriculamento (quadrículas de 1m²) seguindo a orientação de um ponto-zero previamente estabelecido. Foram abertas 30 quadrículas e seis meias quadrículas, totalizando 33m² de área escavada (planta 2). Foi verificada a presença de dois níveis estratigráficos, sendo o superior, composto por um sedimento escuro, referente ao século XX, e o inferior, de coloração castanha, relacionado às ocupações do século XIX.

A pesquisa em inventários post-mortem forneceu informações que permitiram esboçar um quadro do comportamento de consumo do grupo social ao qual pertenceram Lopo e seu sobrinho Joaquim Gonçalves. A amostra de louças referente a cada ocupação foi confrontada com este quadro fornecido pelas fontes documentais, a fim de verificar se tais itens materiais estavam ou não refletindo a condição econômica e, por conseguinte, a filiação social de seus usuários. Esta amostra foi trabalhada considerando as três variáveis propostas por Shephard (1987): sua quantidade, qualidade e variedade de formas. As peças atribuídas a cada ocupação foram comparadas a partir dessas variáveis, buscando detectar mudanças nas escolhas de consumo que pudessem indicar transformações no comportamento dos ocupantes desse sítio entre a metade e o final do século XIX.

A amostra de louças recuperada do Solar Lopo Gonçalves foi classificada considerando os seguintes atributos: pasta, esmalte, técnica de decoração, cor, e, quando identificado na literatura especializada, padrão decorativo. Todos esses atributos fornecem indicações referentes ao período de fabricação das peças, de modo que é possível obter crono-

logias mais apuradas combinando-os, do que considerando somente cada um isoladamente, como, por exemplo, o padrão decorativo ou o tipo de esmalte utilizado. As louças foram agrupadas, de acordo com a pasta, em três classes: faiança fina, *ironstone*, e porcelana.

O tipo de pasta, de formas, e a técnica de decoração foram os principais atributos considerados na análise, pelo fato de serem indicadores do valor das peças. Os quatro níveis de decoração da faiança fina destacados por Miller (1980) foram também considerados. A validade do CC *Index* proposto por Miller ainda não foi testada em contextos brasileiros, apesar do amplo consumo da faiança fina inglesa no Brasil durante o século XIX. Neste trabalho nos absteremos de aplicar o CC *Index* pelo fato do sítio pesquisado ser referente à segunda metade do século XIX, não abrangendo, portanto, o período de validade desta escala econômica. A pesquisa nos inventários post-mortem, porém, forneceu listagens de lojas de louças, listas de contas de proprietários de tavernas nesses estabelecimentos, e informações sobre as louças presentes nas residências porto-alegrenses oitocentistas. Na maioria dos casos essas peças foram avaliadas e, embora descrições minuciosas sejam uma exceção, foram comuns distinções em termos de pasta, formas e, em alguns casos, decoração.

Pelo fato do sítio pesquisado ser posterior ao período abordado por Miller, foram enfatizados documentos posteriores a 1850. As faianças finas neles descritas foram comparadas com os níveis de preços propostos por este autor, verificando-se que a técnica de aplicação da decoração continuou sendo o fator de peso na avaliação dessas louças durante a segunda metade do século XIX. Assim, os níveis propostos por Miller, aliados às informações obtidas nos inventários pesquisados, permearão a maior parte desta análise.

Como pode se observar na tabela 1, a faiança fina foi o tipo de louça de maior frequência encontrado no Solar Lopo Gonçalves, seguido pelo *ironstone* e, por fim, numa baixíssima incidência, a porcelana. Vários fatores explicam a maior popularidade desse tipo de louça. Em primeiro lugar, ela estava desde o final do século XVIII sendo fabricada em massa pela Inglaterra, para exportação, de modo que seu preço acessível permitiu que fosse amplamente consumida. Produzida durante todo o século XIX foi, como demonstra o registro arqueológico, intensamente utilizada durante as duas primeiras ocupações do solar.

TABELA 1
Frequência dos tipos de pasta na amostra

Tipo de pasta	Número de fragmentos	%
Porcelana	17	1.49
<i>Ironstone</i>	140	12.28
Faiança fina	983	86.22

Com relação a menor frequência do *ironstone*, a variável tempo deve ser considerada, pois as louças dessa qualidade tiveram seu pico de produção entre 1870 e 1890 (Majewski & o'Brien, 1987:120), constituindo, portanto, escolhas de consumo referentes à segunda ocupação deste sítio. Já a baixíssima incidência da porcelana é um dado que não condiz com a alta condição econômico-social dos grupos domésticos que residiram no solar no século XIX, representando uma ambigüidade que deve ser explicada, principalmente no caso da primeira ocupação.

TABELA 2
Frequência dos tipos de faiança fina

Decoração	Número de fragmentos	%
<i>Royal Rim Pattern</i>	05	0.50
<i>Shell Edged</i> azul, inciso	33	3.35
<i>Shell Edged</i> verde, inciso	02	0.20
<i>Dipped Ware</i>	58	5.90
<i>Peasant Style</i> azul cobalto	26	2.64
<i>Peasant Style</i> policrômico	05	0.50
<i>Transfer-printed</i> verde, rosa e marron iniciais	16	1.62
<i>Transfer-printed</i> preto, inicial	01	0.10
<i>Willow Patern</i>	89	9.05
<i>Brosley Pattern</i>	12	1.22
<i>Transfer-printed</i> azul, <i>pearlware</i>	09	0.91
<i>Transfer-printed</i> azul, outros	27	2.74
<i>Spatterware</i>	11	1.11
<i>Flow Blue</i>	203	20.65
Carimbada	30	3.05
Faixas e frisos	08	0.81
<i>Transfer-printed</i> marron e rosa, tardios	04	0.40

<i>Shell Edged</i> azul, pintado	09	0.91
Decalcomania	05	0.50
Frisos, <i>pearlware</i>	20	2.03
Decoração azul, diversas	05	0.50
Decorações diversas	19	1.93
Padrão Trigal	16	1.62
Relevo moldado, outros	08	0.81
Frisos dourados	10	1.01
Branca, <i>pearlware</i>	28	2.84
Branca	324	32.96

Há uma grande variabilidade decorativa na faiança fina presente na amostra (tabela 2). Porém, a faiança fina branca, sem decoração foi o tipo mais popular, representando 35.80% dos fragmentos dessa qualidade de louça (incluindo a variedade *pearlware*). Sua maior incidência parece ser uma tendência freqüente em sítios históricos do século XIX. Isso se deve, sem dúvida, ao fato dela ter sido, pelo menos durante a primeira metade daquele século, o tipo mais barato de louça disponível no mercado, como atesta Miller (1980). Na segunda metade do século XIX, a julgar pelos documentos pesquisados, seu valor permaneceu inferior ao de todas as louças decoradas. Assim, na listagem da loja de louças presente no inventário de Guilherme Homann¹⁵, datado para 1877, encontram-se duas avaliações para os pratos brancos, provavelmente relacionadas às categorias rasos e fundos: 83 réis e 100 réis. Para se ter uma idéia dessas quantias, basta levar em conta que, em 1875, de acordo com o inventário do taverneiro Guilherme Ruhmann¹⁶, o valor atribuído a uma garrafa de cerveja vazia era 80 réis.

Como todos os demais tipos de faiança fina decorada, a avaliação da louça branca variava de acordo com o tipo de peça, sendo aquelas destinadas a servir alimentos as mais caras. Com base no inventário de Guilherme Homann foram levantados os seguintes preços para essas louças:

¹⁵. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N-542, M-33, E-31 E/C, ano-1877.

¹⁶. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N-495, M-31 E-31 E/C, ano 1875.

TIPO DE PEÇA	AValiação
Travessa funda	333 réis
Travessa rasa	250 réis
Caneca	100 réis
Prato	100 réis
Prato	83 réis
Bacia	5000 réis
Urinol	416 réis

Infelizmente não foram obtidas informações sobre o valor das xícaras e pires sem decoração, as quais, como atesta Miller (1980), são geralmente mais caras que os pratos. Com relação às malgas, também denominadas tigelas, na listagem em questão há diversas avaliações de um tipo mais barato, sem decoração descrita, contraposto àquelas ditas “pintadas”. Esse tipo provavelmente corresponde à louça branca sem decoração, e foi avaliado entre 66 e 133 réis, valores provavelmente relacionados a distinções de tamanho.

TABELA 3
Faiança fina branca - Tipos de peças

Peça	Quantidade	%
Pratos	26	41.93
Xícaras	06	9.67
Pires	06	9.67
Malgas	06	9.67
Canecas	03	4.83
Sopeira	01	1.61
Urinóis	02	3.22
Não identificados	12	19

A frequência das diversas peças em faiança fina branca está indicada na Tabela 3. Como se observa, os pratos compõem a grande maioria da amostra, enquanto xícaras, pires e canecas sugestivamente se mantêm nas mesmas proporções. Somente uma peça destinada a servir alimentos (sopeira) foi identificada. Se for levado em conta que a louça branca constitui mais de um terço da amostra de faianças finas, e está representada sobretudo pelos tipos de peças mais baratos, conclui-se que, em suas

escolhas de consumo, os grupos domésticos que residiram no solar estavam privilegiando, apesar de sua alta condição econômico-social, os itens mais baratos disponíveis no mercado. Infelizmente, a grande maioria dessas peças não apresenta atributos que possam atuar como indicadores cronológicos, os quais possibilitariam enquadrá-las em uma das duas ocupações que estão sendo trabalhadas. De qualquer forma, as poucas peças passíveis de datação presentes na amostra demonstram que essa louça foi usada durante as duas ocupações.

Por outro lado, dois terços da amostra de faiança fina é composta por peças decoradas através das mais diversas técnicas (pintado a mão, carimbado, pulverizado, banhado, estampado, e em relevo moldado) e que estavam, por conseguinte, em diversos patamares de custo acima da branca, representando escolhas de consumo que podem fornecer outras informações sobre os ocupantes do solar.

Dentre as faianças finas decoradas destaca-se o Azul Borrão, que constitui 20.65% desta amostra. Para a primeira metade do século XIX, este foi avaliado como a faiança fina mais cara (Miller, 1980). Há, porém, apenas 4 pratos representativos desse período na amostra. A frequência dessas peças pode ser observada na tabela 4. O que chama a atenção é, por um lado, a equivalência percentual entre pratos, xícaras e pires; e, por outro, a presença de dois bules, como as únicas peças destinadas a servir alimentos. Os dados desse gráfico estão numa marcante oposição aqueles da faiança branca, demonstrando peças de melhor qualidade e, conseqüentemente, mais caras, que, predominantemente, representam refeições secundárias como o café da manhã e a merenda.

TABELA 4
Azul Borrão - Frequência de Peças

Peça	Quantidade	%
Pratos	10	33.33
Xícaras	09	30
Pires	09	30
Bules	02	6.66

No inventário de Guilherme Homann os bules de chá ditos de “louça ordinária”, sem especificar se apresentam decoração, mas assim denominados sobretudo para contrapô-los àqueles de porcelana listados

logo acima, estão avaliados em mil réis a unidade, quantia significativamente superior àquela atribuída às peças destinadas a servir alimentos, brancas e decoradas, relacionadas às refeições principais, como travessas rasas e fundas. Os dados referentes ao Azul Borrão indicam que houve uma preocupação por parte dos ocupantes do solar de ter à disposição peças mais caras para o consumo do chá. Esta discussão será retomada mais adiante com a separação da amostra por grupos domésticos.

Outro padrão decorativo que apresenta uma frequência considerável na amostra é o popular *Willow*, o qual está representado por 23 pratos. Miller (1980) observa que, durante a primeira metade do século XIX, este foi o tipo de louça mais barata na técnica do *transfer-printing*. A julgar pelos inventários de Guilherme Homann e de Guilherme Ruhmann, ele ainda era extremamente popular na década de 1870. Denominado emicamente de “pombinhos” nesses documentos, tais pratos estavam avaliados entre 150 e 160 réis a unidade.

Separando a amostra por grupos domésticos

A amostra analisada é referente ao nível estratigráfico do século XIX. Esta camada apresentou como data de formação terminal o ano de 1887, referente ao início de produção da peça mais tardia nela encontrada. Como prazo referente ao intervalo manufatura-deposição dos tipos mais tardios encontrados, foram acrescidos dez anos a esta data terminal. Como o solar foi construído entre 1845 e 1855, pode ser assumido como data inicial para a acumulação do depósito arqueológico o ano de 1845. Assim, a amostra desta camada pode ser atribuída ao período 1845-1897.

No nível estratigráfico analisado encontram-se, portanto, materiais referentes à primeira e a segunda ocupação. A primeira ocupação estendeu-se até 1872, ano da morte de Lopo Gonçalves. A segunda ocupação inicia-se nesta data e adentra as primeiras décadas do século XX.

Para discernir as duas ocupações da mesma camada arqueológica a principal estratégia adotada foi a separação do material por período de produção, de acordo com os atributos que atuam como indicadores cronológicos presentes nas louças analisadas. Assim, as peças cuja data de produção terminal foi anterior ao ano de 1872 foram atribuídas à ocupação de Lopo Gonçalves. Conseqüentemente, aquelas cuja data de produção inicial foi posterior a esse ano estão relacionadas à ocupação Joaquim Gonçalves.

Com base nos parâmetros acima expostos, foram relacionadas à ocupação de Lopo Gonçalves as seguintes louças:

- a) porcelana: somente de Macau;
- b) faiança fina: *Royal Rim*; *Shell edged* inciso, azul e verde; *Dipped ware*, padrão *Wave*; *transfer-printed* inicial, nas cores verde, marrom, rosa, preto, e azul; *Peasant Style* azul e policrômico; *Splatterware*; Azul Borrão, *Early Victorian*; branca com a marca *Davenport*; e todas as louças cujo esmalte indicou enquadrarem-se na categoria *pearlware*.

Foram atribuídas, à ocupação de Joaquim Gonçalves, as seguintes louças:

- a) porcelana: somente um pires decorado;
- b) *ironstone*: as peças em *ironstone* sem decoração, as decoradas em dourado, as com *transfer-printed* limitado às bordas, e duas escarradeiras;
- c) faiança fina: carimbada; faixa e frisos; *transfer-printed* marrom e rosa tardios; padrão Trigal; conchas em relevo; motivos florais em relevo; frisos dourados; e brancas com as marcas *Adams* e *Société Céramique Maastricht*.

As demais louças não foram consideradas por apresentarem intervalos temporais muito amplos, que não possibilitaram seu enquadramento em uma ocupação específica.

Uma variável que deve ser considerada é o fato da segunda ocupação do solar estar relacionada a membros da mesma família da ocupação inicial, pelo fato de Joaquim Gonçalves ser genro e sobrinho de Lopo. Isso significa que pode haver um entrelaçamento entre as amostras, com o provável uso de peças referentes à primeira ocupação durante a segunda. Este fato, contudo, não altera substancialmente a análise, pois os dados quantitativos referentes à primeira ocupação permanecem estáveis. É esperado somente um desvio para baixo dos dados relacionados ao segundo grupo doméstico, o qual não inviabiliza os resultados obtidos, pois a amostra referente a esse momento é suficientemente representativa para os propósitos desse trabalho.

A ocupação Lopo Gonçalves

A frequência das louças referentes à ocupação de Lopo Gonçalves está indicada na tabela 5.

A alta incidência da já discutida louça branca pode ser observada nesta tabela. A frequência dos fragmentos não passíveis de datação permite inferir que este foi o tipo mais popular durante a primeira ocupação.

A louça decorada em *transfer-printing* azul se apresenta como a de maior frequência neste gráfico. Como observado por Miller (1980), as faianças finas decoradas nessa técnica de impressão eram as de maior custo durante a primeir metade do século XIX. Porém, a grande maioria das peças presentes na amostra apresentam estampas distintas, o que parece indicar a compra de exemplares avulsos, antes que aparelhos.

O *Shell Edged* azul foi o segundo tipo decorado mais popular. Essa louça, além de ser a mais barata dentre as decoradas, teve sua produção encerrada na década de 1850. A baixa proporção do *Shell Edged* verde, por sua vez, deve-se ao fato de ele ter sido produzido somente até a década de 1840 (Miller, 1991:06), sendo, portanto, um tipo que já estava fora de moda no início da ocupação do solar. Deve ser notado que as incisões e o acabamento das bordas diferem entre essas peças, o que também indica a compra de exemplares avulsos antes que conjuntos.

O que, porém, mais chama a atenção na porção da amostra atribuída a esta ocupação é a presença de louças (*Royal Rim Pattern - creamware* e porcelana de Macau) cuja data terminal de produção é vários anos anterior à construção do solar. Antes do que explicar essas evidências como referentes a uma ocupação anterior deste sítio, fato que não é sustentado pelas fontes documentais, esse material demonstra, na realidade, um alto intervalo entre sua manufatura e deposição no registro arqueológico. Esse intervalo, de pelo menos 30 anos no caso da *creamware* e 10 anos no da porcelana de Macau, indica, primeiramente, o uso inicial dessas louças em outra unidade doméstica, tendo sido, posteriormente, transportadas para o solar. Provavelmente a primeira unidade doméstica em que essas peças foram usadas foi a residência urbana de Lopo, seu sobrado localizado no centro de Porto Alegre. Na época da construção do solar essas louças já estavam fora de moda há muitos anos, o que não justificava seu uso numa residência urbana, onde era maior a necessidade de ostentação, como atestam os espelhos dourados e o piano da sala de visitas que Lopo mantinha em seu sobrado. Já numa casa de porão alto simples, composta, inicialmente, por uma sala de visitas, duas alcovas e uma sala de jantar, localizada fora da cidade, cujo terreno era utilizado para produzir gêneros alimentícios, não havia necessidade de exibir uma alta

condição econômica. Dentro desse contexto essas peças, assim como todas as demais louças enquadradas nesta primeira ocupação, exerceram uma função primordialmente utilitária.

TABELA 5
Frequência de fragmentos - ocupação Lopo Gonçalves

Decoração	Número de fragmentos	%
<i>Royal Rim Pattern</i>	05	2.42
<i>Shell Edged</i> azul	33	16.01
<i>Shell Edged</i> verde	02	0.97
<i>Dipped Ware - Wave</i>	14	6.79
<i>Peasant Style</i> , azul	26	12.62
<i>Peasant Style</i> policrômico	05	2.42
<i>Transfer-printed</i> verde	03	1.45
<i>Transfer-printed</i> rosa	05	2.42
<i>Transfer-printed</i> marrom	08	3.88
<i>Transfer-printed</i> preto	01	0.48
<i>Transfer-printed</i> azul	36	17.47
<i>Spatterware</i>	11	5.33
Porcelana de Macau, <i>Nanking</i>	04	1.94
Azul Borrão, inicial	04	1.94
Frisos, <i>pearlware</i>	20	9.70
Branca, <i>pearlware</i>	28	13.59
Branca, marca <i>Davenport</i>	01	0.48

A porção da amostra que foi possível relacionar à ocupação de Lopo caracteriza-se, portanto, pela maior incidência de peças tidas como as mais baratas, como a louça branca e o padrão *Shell Edged*; pela presença de vários tipos que na década de 1850 já estavam fora de moda, como a porcelana de Macau, o padrão *Royal Rim*, o padrão *Shell Edged* verde e mesmo o azul, e as peças em *transfer-printing* verde, rosa e marrom; e pela ausência de aparelhos de jantar e chá, talvez com exceção das peças de Azul Borrão discutidas no tópico anterior, as quais, porém, não foram passíveis de enquadrar numa ocupação específica. Essas evidências indicam que a louça que estava sendo usada no solar era com-

prada em peças avulsas ou trazida da residência da cidade na medida em que saía de moda.

Imperava, portanto, nesse primeiro momento, na mesa de jantar, uma falta de harmonia estética que demonstra, antes de tudo, a privacidade das refeições familiares nesta casa de chácara, onde só deveriam ser recebidos para as refeições amigos muito próximos da família, para os quais não havia necessidade de demonstrar um alto *status* sócio-econômico. As evidências negativas de porcelanas mais refinadas que a grosseira e já fora de moda *Nanking* de Macau, assim como de serviços de jantar e chá, que possam ser atribuídos à ocupação de Lopo Gonçalves, corrobora essas inferências. Esses dados são significativos na medida que demonstram que, em determinadas situações, a alta condição econômica dos ocupantes de uma unidade doméstica não estará necessariamente expressa no registro arqueológico. Deve ser lembrado que Lopo foi, sem dúvida, um dos mais ricos comerciantes de Porto Alegre na sua época.

O uso de louças velhas e de pior qualidade em unidades domésticas rurais, tais como sedes de fazenda ou chácaras, cujos proprietários viviam na cidade, parece ter sido comum no século passado. No inventário do Barão de Guahyba¹⁷, de 1862, observa-se, no arrolamento dos objetos de sua residência da cidade, além de uma rica mobília de sala, de jacarandá, avaliada em 400 mil réis, a presença de dois aparelhos de porcelana, um de jantar e um de chá, e “meio aparelho azul de jantar”, de faiança fina. O aparelho de jantar de porcelana foi avaliado em 40 mil réis, mesmo com a falta de peças, fator que desvalorizava substancialmente esses jogos. Já o meio aparelho de faiança fina, azul, provavelmente decorado nesta cor na técnica do *transfer-printing*, foi avaliado em 18 mil réis. Logicamente os dois primeiros aparelhos foram utilizados em situações distintas daquele de faiança fina, exercendo, além da função utilitária de recipientes de servir e consumir alimentos, uma função sócio-técnica, comunicando o bom gosto e a condição econômica do chefe da casa perante os convidados para o chá ou para as refeições principais. Já o meio aparelho azul de faiança fina, foi, certamente, utilizado nas refeições familiares de cunho íntimo, para as quais não havia necessidade de ostentação. Porém, o que chama a atenção no inventário

¹⁷. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório do Cível de Porto Alegre, N-355, M-13, E-28 E/C, ano 1862.

do Barão de Guahyba, um representante da nobreza rio-grandense cujo patrimônio, por ocasião da sua morte, foi avaliado em 121 contos e 76 mil réis, é a simplicidade do ambiente doméstico na sua casa localizada na Vila de Taquari, com uma mobília de sala usada, num valor quase seis vezes inferior aquela da cidade, e sua “louça ordinária” usada. O mesmo Barão possuía uma fazenda próxima dessa vila, cuja sede apresentava uma mobília de sala usada, o restante dos móveis da casa rotulados como “trastes antigos”, e louças simples que não compunham aparelhos, com exceção de “...um aparelho de chá com falta de muitas peças”. As louças foram avaliadas, em conjunto com outros objetos como cálices, copos, e garrações, em 22 mil réis, quantia um pouco superior a do “meio aparelho de jantar azul” de sua casa na cidade. No inventário do fazendeiro João Baptista da Silva¹⁸, referente ao ano de 1855, também se observa a mesma tendência, com uma mobília simplória em sua casa da fazenda contrastando com a mais elaborada, presente em sua residência de Porto Alegre.

A exemplo do dado arqueológico, e servindo para reafirmá-lo, esses documentos demonstram uma atitude que deve ter sido comum no século passado, por parte dos donos de propriedades rurais que mantinham residências na cidade: a de utilizar, em suas residências rurais, móveis e utensílios já velhos e de pior qualidade, considerados grosseiros e fora de moda para os padrões de conforto doméstico exigidos na urbe, como bem demonstra um anúncio levantado no jornal *O Porto Alegrense*, número 45, de 13 de setembro de 1848: “Vende-se um armário grande de vidraças...duas camas de Jacarandá *antigas próprias para o campo* [grifo nosso]. Na rua da Olaria n.25 ao lado da Capela do Carmo”.

Este fato poderia também explicar a alta incidência na amostra trabalhada da “louça branca ordinária”, que foi discutida no tópico anterior. Para confirmar essas proposições seria necessário realizar escavações sistemáticas em unidades domésticas urbanas e rurais contemporâneas, cujas ocupações estivessem bem documentadas, a fim de resgatar amostras significativas que pudessem indicar amplos padrões de comportamento de consumo, não só referentes à vida urbana *versus* rural, mas também relacionadas a segmentos sociais distintos.

¹⁸. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2º Cartório de Órfãos, N-115, M-08, E-31E/C, ano 1855.

A ocupação Joaquim Gonçalves

A amostra de louças atribuída à ocupação de Joaquim Gonçalves difere, principalmente em termos qualitativos, daquela relacionada ao primeiro grupo doméstico que habitou o solar, como pode ser observado na tabela 6.

TABELA 6
Tipos de pasta - Ocupação Joaquim Gonçalves

Tipo de pasta	Número de fragmentos	%
Porcelana	03	1.32
<i>Ironstone</i>	134	59.03
Faiança fina	90	39.64

O primeiro ponto que chama a atenção é a predominância da qualidade de louça denominada *ironstone*, que não foi detectada durante a primeira ocupação. Embora seja provável que a amostra de faiança fina esteja sub-representada, devido às louças quantitativamente significativas que não puderam ser aproveitadas nesta análise, como a branca, *Willow*, e Azul Borrão, o fato é que, nesse momento, os ocupantes do solar estavam privilegiando o *ironstone* em sua escolhas de consumo.

Miller (1980) nota que, na década de 1850, quando esta louça começou a concorrer com a faiança fina decorada, seus pratos sem decoração equivaliam ao preço daqueles em faiança fina impressos na técnica do *transfer-printing*. No inventário de Guilherme Homann, em uma listagem referente à sua dívida com outra loja de louças, pertencente a João Antonio da Rosa e Filhos, estão arrolados “18 dúzias de pratos branco-pérola”, num custo de 200 réis a unidade, valor superior ao de todos o pratos decorados que são mencionados. Não se trata, porém, da variedade de faiança fina conhecida por *pearlware*, que apresenta um esmalte de tonalidade azul, pois esta foi produzida somente até a metade do século XIX. Ao utilizar o adjetivo composto “branco pérola” o comerciante em questão estava chamando a atenção para a principal característica dessa louça: não ser decorada. Esse adjetivo composto ao mesmo tempo a difere qualitativamente da chamada “louça branca ordinária”, avaliada em menos da metade do seu preço. No registro arqueológico, por sua vez, a

diferença qualitativa entre a faiança fina branca sem decoração e a *ironstone* não decorada é marcante. É muito provável, portanto, que “branco pérola” seja uma denominação êmica para a louça *ironstone* não decorada.

Apesar da baixa representatividade da porcelana também nessa amostra, somente 1.32%, deve ser destacado que, ao contrário da grosseira *Nanking* de Macau, esta é de um tipo de qualidade superior, decorada sobre o esmalte com frisos dourados e fitomorfos verdes pintados em traços finos.

Com relação à faiança fina, observa-se uma maior diversidade de técnicas decorativas, com as inovações do último quartel do século XIX, como a técnica de decoração conhecida por decalcomania e a aplicação de frisos dourados, estando presentes na amostra. Ao mesmo tempo surgem louças brancas com decoração em relevo enquanto que as decoradas pela técnica do *transfer-printing* caem drasticamente em popularidade. A tendência geral, inclusive nas peças com *transfer-printing*, é por uma decoração em menor escala, geralmente limitadas às bordas, mantendo amplos espaços em branco. Logicamente, novos itens estão sendo despejados no mercado nesse período, enquanto outros, como as louças com impressões em azul preenchendo toda a peça, tão populares no momento anterior, vão saindo de moda.

A alta representatividade do *ironstone* durante esta segunda ocupação merece uma análise mais profunda. Na tabela 7 é possível visualizar a divisão dessa louça por tipos de peças. Apesar da quantidade significativa de pratos e da presença de uma travessa, nota-se que há um predomínio das peças relacionadas ao consumo do chá, sendo que a maior quantidade de pires indica que as xícaras estão sub-representadas nesta quantificação.

TABELA 7
***Ironstone* - frequência de peças**

Peça	Quantidade	%
Pratos	06	26
Xícaras	04	17.39
Pires	07	30.43
Travessa	01	4.34
Bule	01	4.34

Açucareiro	01	4.34
Escarradeiras	02	8.68
Não identificadas	01	4.34

Deve ser destacado que somente os pratos e a travessa não são decorados. A decoração está presente, portanto, em todas as peças relacionadas ao consumo do chá. Tais peças são de uma qualidade nitidamente superior, assemelhando-se à porcelana, sendo translúcidas sob a luz e contendo delicados motivos decorativos florais, pintados, predominando o dourado na decoração, sobretudo em frisos nas bordas das peças.

Como já discutido, Miller (1980) observa que, durante a primeira metade do século XIX, as xícaras e pires eram, dentre as peças destinadas a consumir alimentos, as de maior valor. A pesquisa em inventários do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul permitiu constatar que esta tendência se manteve em Porto Alegre, durante a segunda metade do século XIX, com as xícaras e pires apresentando valores entre duas a três vezes superiores aos dos pratos de mesma qualidade.

Miller (1980), ao aplicar sua escala econômica a seis amostras de sítios históricos, verificou que no registro arqueológico essas peças se mantiveram como as de maior valor. Spencer-Wood e Heberling (1987), bem como Shephard (op. cit.), notaram a mesma tendência em amostras de diversos sítios norte-americanos. Embora tais peças estivessem disponíveis no mercado em variedades caras e baratas, como bem observa Shephard (op.cit.), houve uma preocupação, por parte dos ocupantes desses sítios, de aplicar mais dinheiro nesses itens de consumo do que nas louças relacionadas às refeições principais.

Este papel principal das xícaras e pires na exibição de *status* pode ser melhor entendido à luz da cerimônia do chá. O chá foi introduzido na Europa no século XVII, passando, no século XVIII, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, a ser consumido no espaço doméstico, sendo tradicionalmente servido nas reuniões sociais. Devido ao seu alto custo, e ao da parafernália utilizada para servi-lo, seu consumo foi limitado às classes superiores. Somente na segunda metade do século XIX é que esta bebida popularizou-se, devido ao aumento da oferta, que levou a uma queda no seu preço (Roth, 1988:440-442).

Pelo que as evidências indicam, o consumo do chá no Brasil também esteve carregado da mesma representatividade social que na Europa Ocidental. Aqui utilizado primeiramente como remédio, tornou-

se, no começo do século XIX, por influência da corte portuguesa, segundo Cascudo (1983:735) e/ou por influência dos ingleses aqui residentes, segundo Freyre (1985:218), de consumo comum entre a classe dominante. Não é de causar espanto, portanto, que a única peça de porcelana que foi possível atribuir a esta segunda ocupação do Solar Lopo Gonçalves seja um pires decorado em dourado.

Este segundo grupo doméstico que ocupou o solar optou, portanto, em suas escolhas de consumo, por uma louça de qualidade superior. Essa louça foi utilizada, em sua versão mais simples, sem decoração, para as refeições principais, como convinha à moda deste período (Lima, no prelo). Assim, a mesa de jantar, nesse segundo momento, difere radicalmente daquela que foi comum durante a ocupação de Lopo, na qual predominaram as peças avulsas de faiança fina fora de moda. Essa maior preocupação com a estética indica mudanças na estrutura das refeições familiares que, para serem entendidas, devem ser analisadas à luz de um contexto mais amplo.

É necessário, em primeiro lugar, considerar o que aconteceu com a própria unidade doméstica em questão durante este período. Como já discutido, o solar, ao longo de sua história passou por várias modificações. Assim a casa simples inicial, cuja compartimentação interna em nada diferia das casas térreas urbanas de Porto Alegre descritas por Weimer (1987:92), contendo uma mobília simplória para o nível econômico de Lopo, e cujos alimentos eram servidos e consumidos na sala de jantar em louças avulsas e fora de moda, transformou-se, no último quartel do século XIX, em uma residência grande, com uma compartimentação mais complexa, como demonstra sua planta em forma de L e a presença de um pátio interno. Ao mesmo tempo, louças de melhor qualidade, mais caras, e seguindo os padrões estéticos então vigentes, começaram a ser utilizadas no interior da casa.

A combinação dos dados fornecidos pela arquitetura (compartimentação interna do solar e suas ampliações), pelas fontes documentais (mobília presente no solar em 1878 e dados sobre sua compartimentação), e pelas evidências arqueológicas (mudanças na qualidade das louças entre as duas ocupações) demonstra que, durante este segundo momento, mudou a própria natureza da ocupação deste sítio. Ocupado, no período de Lopo, como a sede de uma chácara, não exercia a função de domicílio da família, que era o sobrado localizado no centro de Porto Alegre. Já na época de Joaquim Gonçalves, essa edificação assumiu um

caráter verdadeiramente residencial, num momento em que a região na qual ela estava inserida era, gradualmente, ocupada pela cidade. Nesse mesmo período começavam a se desenvolver os primeiros bairros residenciais de Porto Alegre, como o aristocrático Menino Deus. O surgimento desses bairros permitiu às famílias mais abastadas afastar o local de trabalho, localizado no centro, da moradia, espaços que estavam tradicionalmente unidos nos sobrados urbanos. A fim de tornar o solar digno de ser habitado por uma família da elite, foi necessário ampliá-lo, acrescentando à edificação uma nova seção, ligada transversalmente à construção original pelo recinto que dava acesso ao torreão; fechando a varanda localizada atrás da casa; e construindo um muro alto, que uniu as duas seções do domicílio, o qual fechou um pequeno pátio em seu interior, oculto da vista dos que passavam pela então mais urbanizada Rua da Margem. Ficava assim expressa uma maior necessidade de privatização, de ocultar, da via pública, o que ocorria dentro daquele ambiente doméstico, algo que não foi necessário durante o período de Lopo, posto que em sua época a região na qual o solar está inserido ainda mantinha características predominantemente rurais.

Ao mesmo tempo que tais transformações arquitetônicas acentuavam as mensagens indicadoras transmitidas por este domicílio, a louça utilizada em seu interior, que cumpriu uma função primordialmente utilitária durante a ocupação anterior, foi substituída por uma louça de melhor qualidade e, portanto, mais cara, a qual comunicava aos indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico que penetravam nesta residência a filiação social de seus ocupantes. Esta louça foi, provavelmente, utilizada em dois cenários distintos: a sala de jantar e a sala de visitas. O primeiro cenário, neste período, a exemplo da sala de visitas, também pode ter atuado como um espaço de sociabilidade, onde a família recebia indivíduos externos ao lar para as refeições principais (almoço ou jantar), sendo os alimentos expostos e consumidos em aparelhos de *ironstone* brancos, sem decoração, como convinha à moda da época (Lima, no prelo). Já na sala de visitas, os convidados para o chá eram servidos em finas xícaras de porcelana ou *ironstone* decoradas com delicados motivos em dourado, as quais eram condizentes com o cenário mais elaborado do domicílio no qual, tradicionalmente, era aplicado mais dinheiro. A alta incidência na amostra dessas louças de maior valor demonstra a importância que os eventos de socialização, com indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico, tomaram durante esta segunda ocupação do solar.

Conclusões

Neste trabalho, o material arqueológico exumado de um sítio doméstico da segunda metade do século XIX, o Solar Lopo Gonçalves, foi analisado visando discutir questões sobretudo relacionadas ao comportamento de consumo das famílias que o ocuparam. Para tanto foi necessário, em primeiro lugar, ter controle sobre uma variável: a condição econômica dos dois grupos domésticos que ocuparam este sítio durante aquele século. A pesquisa documental em inventários *post-mortem* do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul permitiu controlar esta variável, possibilitando enquadrar os grupos domésticos em questão na mais alta hierarquia social. Com tais dados disponíveis formou-se a expectativa em torno do registro arqueológico de que o material exumado refletisse o *status* sócio-econômico dessas famílias. Era assim esperada uma grande incidência de objetos de alto valor, como peças de cristal e aparelhos de chá e jantar de porcelana ou das mais caras faianças finas. A amostra referente a primeira ocupação, no entanto, revelou o contrário: foi verificada uma alta frequência de louças baratas, sendo que muitas das quais já estavam fora de moda na época em que o solar foi construído. Do mesmo modo, constatou-se que tais peças não compunham jogos, indicando a compra de exemplares avulsos antes que de aparelhos.

Este fato constituía uma ambigüidade, visto que o registro arqueológico estava fornecendo uma informação oposta aquelas das fontes documentais, indicando um baixo *status* sócio-econômico não condizente com o nível de renda de Lopo Gonçalves. Segundo Leone e Crosby (1987:409), para tais discrepâncias serem explicadas é necessário partir para uma exploração adicional dos registros históricos, considerando os detalhes que não pareceram importantes na etapa inicial da pesquisa. Assim, uma análise mais aprofundada das fontes históricas revelou que em Porto Alegre e provavelmente em todo o estado do Rio Grande do Sul, grupos domésticos situados numa alta hierarquia social que mantinham residências na cidade e no campo optaram, em suas escolhas de consumo, por mobiliar suas residências rurais com bens materiais velhos e de baixo valor, não condizentes com os padrões de conforto doméstico que eles exibiam na urbe. O comportamento de consumo da família de Lopo Gonçalves, ao optar por louças baratas para sua residência de campo, estava, portanto, de acordo com os padrões mantidos pelo segmento social no qual ela estava inserida. Esta tendência deve ser considerada

quando forem realizadas pesquisas em sítios domésticos rurais, principalmente sedes de fazendas. É provável que amostras exumadas de tais sítios, a exemplo do Solar Lopo Gonçalves, indiquem uma baixa condição econômica, em desacordo com a afluência social de seus ocupantes.

A menor preocupação das famílias ricas com o conforto doméstico em suas residências rurais talvez deva-se ao fato de que, neste ambiente, as atividades de socialização envolvendo indivíduos não pertencentes ao grupo doméstico ocorressem com bem menos frequência que na cidade, devido à baixa densidade populacional e ao problema da distância não só dos núcleos urbanos mas também entre as próprias sedes de fazendas, numa época em que as possibilidades de transporte terrestre eram limitadas a veículos de tração animal. Deve ser lembrado, ainda, que o meio rural é caracteristicamente mais conservador que o urbano, não tendo assimilado, por conseguinte, com a mesma velocidade, as novidades e mudanças nos padrões de comportamento que se processaram nas cidades no decorrer do século XIX. Parece ter sido comum, portanto, no campo, a manutenção de um modo de morar mais tradicionalmente rústico, mesmo entre as famílias de maior poder aquisitivo.

Um dos propósitos deste trabalho foi tentar explicar as marcantes diferenças entre as louças atribuídas às duas ocupações do Solar Lopo Gonçalves como expressando distinções na forma em que este sítio foi ocupado. A louça que foi exumada de uma pequena unidade de produção localizada em uma área semi-rural da Porto Alegre do terceiro quartel do século XIX, com suas características primordialmente utilitárias, parece espelhar a própria natureza da ocupação deste sítio durante este período: produtiva, antes que residencial. Já aquela referente ao último quartel daquele século, exumado de um solar com uma compartimentação interna mais elaborada, situado em uma região que começava a urbanizar-se, é de uma qualidade nitidamente superior. Esta mudança qualitativa na amostra espelha a própria mudança qualitativa pela qual passou o solar nesse período e, assim, representa a natureza da segunda ocupação deste sítio: residencial, antes que produtiva.

Antes, porém, do que indicar somente uma mudança na natureza da ocupação desse sítio, as distinções entre as amostras referentes a cada ocupação demonstram que tal mudança se processou num momento de expansão urbana ocasionada pelo desenvolvimento econômico, o qual estava afetando a sociedade como um todo. Tal desenvolvimento não foi somente gerado por fatores locais e regionais, mas fortemente influen-

ciado pelo sistema econômico mundial através das redes de comércio de importação e exportação. Os artefatos analisados neste trabalho são, em sua totalidade, itens importados da Europa e, como tais, estavam inseridos nesse sistema econômico. Avaliados a partir dessa perspectiva, os fragmentos de louça exumados do Solar Lopo Gonçalves deixam de indicar somente mudanças nos padrões de comportamento dos ocupantes desse sítio com o decorrer do século, e passam a demonstrar que tais mudanças foram influenciadas por um processo mais amplo: a integração de Porto Alegre no sistema econômico mundial.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Dr. Arno Alvarez Kern, pela atenção e, sobretudo, pelas frutíferas discussões mantidas em todos os estágios da pesquisa, que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho; à Dra. Tania Andrade Lima, a quem devo a minha formação em Arqueologia Histórica, pelo incentivo e apoio sempre presentes. Os principais tópicos abordados nesta pesquisa foram baseados na temática de um curso sobre cotidiano doméstico e cultura material ministrado por ela na USP, em 1994, ao qual eu tive o privilégio de participar na qualidade de aluno especial; à Fernanda Bordin Tocchetto, pela confiança em mim depositada, que constituiu um verdadeiro ponto de apoio durante os momentos mais difíceis com que me deparei ao longo deste trabalho; ao Marcos André Torres de Souza, pelas valiosas críticas e discussões; à Ana Cristina de Souza, pelo intercâmbio de idéias e informações; ao Álvaro Luís Silveira Marcolin, pelo grande auxílio prestado no trabalho de campo; ao Alberto Tavares Oliveira, Sérgio Rovani Ozório e Manuel, que também ajudaram no trabalho de campo; à Ana Letícia A. Vignol, pela ajuda na análise de laboratório;

ABSTRACT

This paper presents an analysis of domestic chinaware found in and taken from a residence of a mid-nineteenth century Porto Alegre: the Lopo Gonçalves mansion. Based on the study of this material besides the analyses of the structure of living quarters it was a discussion of behavioural topics with regard to consumer patterns of the inhabitants and changes due to that century. Therefore, the sample was divided in two periods concerning the two families which lived in the mansion between 1850 and 1890. The differences between the samples indicated changes in the way of using the referred items which were explained based upon a more extensive context: that of the urban development of Porto Alegre in the XIX century.

Key words: Chinaware, domestic groups, consume patterns, Brazil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUDRY, Mary C. Introduction. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.), *Documentary archaeology in the New World. New directions in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 1-3.
- BINFORD, Lewis. Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, 28 (2), 1962. p. 217-226.
- BLANTON, Richard E. *Houses and households: a comparative study*. New York: Plenum Press. 1994.
- CAMPOS, Eudes. Palacetes paulistanos - a evolução do ambiente doméstico sob o Império. *Arqueologia Histórica na América Latina*, 6, 1995. p. 89-112.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1983.
- FREYRE, Gilberto. Sugestões para o estudo do sobrado no Rio Grande do Sul. *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia*. Vol. 1, Porto Alegre: Globo, 1940.
- _____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1985.
- GIACOMELLI, Sérgio. Solar Lopo Gonçalves - de propriedade rural a Museu de Porto Alegre. *Cadernos do Museu 2*, Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura.
- HENRY, Susan. Factors influencing consumer behavior in turn-of-the-century Phoenix, Arizona. In: SPENCER-WOOD, Suzanne (ed.), *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, p. 359-381.
- _____. Consumer, commodities, and choices: a general model of consumer behavior. *Historical Archaeology* 25 (3), p.3-14.
- LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1986.
- LEONE, Mark & CROSBY, Constance. Middle-range theory in historical archaeology. In: SPENCER-WOOD, Suzanne (ed.), *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, p. 397-410.
- LIMA, Tânia Andrade. (no prelo). Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX.

- LIMA, Tânia Andrade et alii. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. *Dédalo, Publicações Avulsas*, 1, p. 205-230.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Sulina.
- MAJEWSKI, Terezita & O'BRIEN, Michael. The use and misuse of nineteenth-century english and american ceramics in archaeological analysis. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 11, p. 97-209.
- MAZERON, Gaston Hasslocher. *Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, s.d.
- MILLER, George. Classification and economic scaling of 19 th. century ceramics. *Historical Archaeology*, 14, 1980. p.1-40.
- _____. A revised set of cc index values for classification and economic scaling of english ceramics from 1787 to 1880. *Historical Archaeology*, 25 (1), 1991. p.1-25.
- PRAETZELLIS, Mary; PRAETZELLIS, Adrian; BROW III, Marley. What happened to the silent majority? Research strategies for studying dominant group material culture in late nineteenth-century California. In: BEAUDRY, Mary C. (ed.), *Documentary archaeology in the New World. New directions in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 192-202.
- RAPOPORT, Amos. Systems of activities and system of settings. In: KENT, Susan (ed.), *Domestic architecture and the use of space-an interdisciplinary cross-cultural study*. Cambridge: Cambridge University Press, p.9-20.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- ROTH, Rodris. Tea-drinking in eighteenth-century America: its etiquette and equipage. In ST. GEORGE, Robert Blair (ED.), *Material life In America. 1600-1860*. Boston: Northeastern University Press, 1988. p. 439-462.
- SHEPHARD, Steven J. Status variation in antebellum Alexandria. In: SPENCER-WOOD, S. (ed.), *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, 1987. p.163-198.
- SPENCER-WOOD, Suzanne. Introduction. In: SPENCER-WOOD, S (ed.), *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, 1987. p.1-24.
- SPENCER-WOOD, Suzanne & HEBERLING, Scott. Consumer choices in white ceramics: a comparison of eleven early nineteenth-century sites. In: SPENCER-WOOD, S. (ed.), *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, 1987. p. 55-84.

- TORELLY, Nestor. Solar Lopo Gonçalves. In: *Caderno de restauro I*. Porto Alegre: PMPA, 1987.
- VAUTHIER, Louis Léger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo, IPHAN/FAU-USP, 1975. p. 27-94.
- WEIMER, Günter. Arquitetura. In: FLORES, Hilda Agner (org.), *Porto Alegre-história e cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL 2(2):81-119, 1997.